

A formação docente no Pará: os caminhos do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará e seus desafios

Teacher training in Pará: The course of the Permanent State Forum for the Support of Teacher Training in Pará and its challenges

Emmanuel Ribeiro Cunha¹
Gláucia de Nazaré Baía e Silva²
Ana Rosa Peixoto de Brito³

Resumo

O Pará tem se destacado de maneira efetiva na consolidação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, com o trabalho desenvolvido pelo Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente, que desde 2009 vem possibilitando a formação em nível superior a milhares de professores que atuam em escolas do estado e dos municípios. Esse trabalho tem sido reconhecido em âmbito nacional pela responsabilidade das ações e pela experiência que tem adquirido na formação de professores, o que faz com o Programa, no estado do Pará, apresente condições para a análise de sua repercussão na formação docente. Com o objetivo de analisar essas ações, a Coordenação Estadual da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação desenvolve uma pesquisa de natureza qualitativa com base em Lüdke e André, 1986, integrando-se à desenvolvida em âmbito nacional, coordenada pelo Núcleo de Pesquisa dessa entidade, que pretende revelar as configurações e impactos da implementação dos Fóruns Estaduais. Iniciada em meados de 2015, a pesquisa está estruturada em duas fases, constituindo-se a primeira de uma análise dos principais documentos que estabelecem as ações e atividades do Fórum do Pará, no período de 2009 a 2012. O artigo tem o propósito de mostrar como o Fórum tem atuado no sentido de garantir a formação docente no estado, conforme disposto nos documentos fundamentais da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Palavras-chave: ANFOPE. Educação básica. Formação docente. PARFOR.

¹ Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. R. do Una, 156, 66050-540, Belém, PA, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: E.R. Cunha. E-mail: <emmanuelrcunha@gmail.com>.

² Secretaria do Estado de Educação do Pará, Secretaria Adjunta de Ensino, Centro de Formação Docente. Belém, PA, Brasil.

³ Professora. Belém, PA, Brasil.

Abstract

Pará has been an effective leader in the consolidation of the National Plan for the Training of Basic Education Teachers, with the work carried out by the Permanent State Forum of Support for Teacher Training that, since 2009, has enabled the training of more than thousands of teachers who work in state and municipal schools. This program has been recognized nationally for the excellence of its actions and the experience acquired in the training of teachers makes the program in the state of Pará an important case for the analysis of its repercussion in teacher education. In order to analyze these actions, the State Coordination of the National Association for Professional Education Training develops a qualitative research based on Lüdke and André (1986) combined with one developed nationally, coordinated by the Research Center of our university, which intends to reveal the settings and impacts of the implementation of the State Forums. The research, conducted in mid-2015, was structured in two phases: in the first phase main documents from 2009 to 2012 that establish the actions and activities of the Forum of Pará were analyzed. The article intends to discuss how the Forum has ensured teacher training in the state, as stated in the documents of the National Policy for Vocational Training of the basic education teachers.

Keywords: ANFOPE. *Basic education. Teacher training. PARFOR*

Introdução

Em estudo recente, Bastos (2013, p.16) destaca que “a formação de Professores no Estado do Pará, assim como em todo Brasil, se constitui a partir de políticas educacionais que se colocam frente aos desafios na busca pela melhoria do panorama educacional”.

O autor refere-se à Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto Presidencial nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 (Brasil, 2009a), e aponta ainda a necessidade de um amplo estudo sobre as implicações do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), programa emergencial instituído para atender ao disposto no artigo 11, inciso III do mencionado Decreto, e implantado em regime de colaboração entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os estados, os municípios, o Distrito Federal e as instituições de educação superior (IES).

De acordo com o art. 4º do citado Decreto, essa Política Nacional deverá cumprir

seus objetivos “por meio da criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e por meio de ações e programas específicos do Ministério da Educação” (Brasil, 2009a, p.1), cujas diretrizes nacionais foram estabelecidas pela Portaria nº 883, de 14 de setembro de 2009, do Ministério da Educação (Brasil, 2009b).

Em cumprimento ao estabelecido nos documentos mencionados, o estado do Pará constituiu o seu Fórum em 14 de novembro de 2009, como instância estadual colegiada, com caráter propositivo, consultivo e deliberativo, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração com a União, o Estado e os Municípios, a formação inicial e continuada de professores das escolas públicas. Suas principais funções são: (a) elaborar e acompanhar a execução do Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará; (b) definir prioridades e metas do Programa; (c) coordenar as ações de formação de professores; (d) propor ações específicas para garantia de permanência

e rendimento satisfatório dos professores de Educação Básica (Pará, 2009).

A partir da constituição do seu Fórum, aqui denominado FORPROF-PA, o estado tem se destacado de maneira efetiva na consolidação do PARFOR, possibilitando a formação em nível superior a milhares de professores com atuação nas redes públicas do estado e dos municípios paraenses. O trabalho é reconhecido em âmbito nacional pela responsabilidade de suas ações e pela experiência que tem adquirido na formação de professores.

Essa representatividade do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará (FORPROF-PA) no desenvolvimento do PARFOR deve-se ao enorme quantitativo de professores em exercício no Pará que ainda não possuíam a formação em nível superior, ou que, embora a possuíssem, trabalhavam com disciplinas diferentes de sua formação inicial e necessitavam de formação adequada. Segundo dados de 2010 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no estado do Pará somente 46% dos professores em atuação na Educação Básica possuíam formação em nível superior, enquanto 53% tinham formação em nível médio e 1% atuava apenas com a "formação" obtida no ensino fundamental (Brasil, 2010).

O expressivo percentual de professores com formação no magistério em nível médio, e dos que possuíam somente o ensino fundamental, já indicava a necessidade premente de adequação à formação em nível superior. Juntamente com o total de professores com formação superior, mas que trabalhavam em disciplinas diferentes de sua área de conhecimento, constituíram-se potenciais candidatos à formação em serviço, prevista no inciso III do art. 11 do Decreto nº 6.755/2009.

É nesse sentido que se considera que o PARFOR no estado do Pará já apresenta

elementos significativos para a análise de sua repercussão no desenvolvimento do trabalho de formação docente, pois, segundo dados da Secretaria de Educação do Estado, até o 1º semestre de 2013, cerca de 22 mil professores das redes públicas do estado e dos municípios estavam participando dos cursos de Licenciatura oferecidos (Pará, 2012).

Dados da CAPES indicam que o Pará recebeu um investimento correspondente a 13,29% dos recursos do PARFOR no período de 2009 a 2013, o que mostra a importância do trabalho de formação que está sendo desenvolvido no estado, sob a responsabilidade do FORPROF-PA (Brasil, 2013).

Essas responsabilidades são imensas, devido, principalmente, à grande dimensão territorial do estado e às grandes dificuldades de deslocamento das equipes de formação para atingir áreas bem distantes dos grandes centros urbanos. Por isso, foi necessário um trabalho articulado do Fórum com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), com as Instituições Formadoras e com as Secretarias Municipais de Educação, no sentido de garantir o desenvolvimento dos cursos e, notadamente, a infraestrutura necessária para a sua execução.

Com o objetivo de analisar as ações do FORPROF no estado do Pará e as repercussões do seu trabalho de formação docente por meio do PARFOR, integrou-se à pesquisa a Coordenação Estadual da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), com assento no mencionado Fórum. A pesquisa foi desenvolvida em âmbito nacional, sob coordenação do Núcleo de Pesquisa da entidade, que tem como objetivo principal revelar as configurações e impactos da implementação dos Fóruns Permanentes de Apoio à Formação do Magistério (Brzezinski, 2015). No âmbito do estado do Pará, a pesquisa

está sendo executada em duas etapas: a primeira levantou os documentos que compõem a estrutura do Fórum, enquanto a segunda tentará buscar, junto aos egressos dos diferentes cursos ofertados, dados necessários para traçar o seu perfil e analisar os impactos da formação recebida.

Assim, este texto tem por objetivo mostrar os resultados do estudo realizado em documentos oriundos do FORPROF-PA, no período de 2009 a 2012, na busca de revelar não só como o Fórum tem garantido a sua atuação, mas também como está trabalhando no sentido de atender aos dispositivos que orientam a Política Nacional de Formação e Profissionais da Educação Básica, no contexto do território paraense. Soma-se ainda o objetivo deste artigo em apontar os desafios enfrentados para o desenvolvimento do PARFOR no estado.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa tem natureza qualitativa e assume-se como um estudo de caso, com base em Lüdke e André (1986). Iniciada no estado do Pará em meados de 2015, está estruturada em duas fases. A primeira constitui-se da análise dos principais documentos que estabelecem as ações e atividades do FORPROF-PA, e de documentos oriundos das instituições formadoras vinculadas ao Fórum. Tomou-se como referência o período de 2009, ano de constituição do FORPROF, até 2012. Não obstante o período mencionado, a busca efetivada encontrou documentos que antecedem a criação e instalação do Fórum, os quais também foram úteis para revelar as primícias da formação docente antes do advento do PARFOR. A segunda fase, ainda não iniciada, prevê a aplicação de um formulário a

cada um dos 2 539 egressos de cursos ofertados na modalidade presencial em diferentes municípios do estado, e que concluíram esses cursos até o ano de 2014. O formulário contém questões fechadas e abertas, com o intuito de traçar um perfil dos egressos e identificar os impactos dos cursos nos novos profissionais da educação.

Também foram analisados estudos oriundos de dissertações de mestrado e que tiveram o PARFOR-PA como objeto, de modo especial os produzidos por Bastos (2013) e Gonçalves (2014). A análise do material coletado considera as orientações teóricas de autores como Lüdke e André (1986) e Bardin (1997).

Teoricamente, o estudo fundamenta-se em autores que discutem sobre a formação de professores, em especial em Veiga (2002), que defende que a formação profissional para o magistério deve estar centrada na perspectiva segundo a qual o professor seja o agente social. A autora propõe para isso que haja uma discussão política global que contemple desde a formação inicial e continuada, até as condições de trabalho, salário, carreira e organização da categoria, para que a educação seja concebida como prática social em um processo lógico de emancipação.

No que se refere à análise documental, foram tomados como documentos orientadores da busca o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, da Presidência da República, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada e dá outras providências, e a Portaria nº 883, de 16 de setembro de 2009, do Ministério da Educação, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o funcionamento dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, criados pelo mencionado Decreto.

No entendimento dos pesquisadores, tais documentos deram origem a outros que constituem a história do FORPROF-PA e mostram as ações e/ou estratégias estabelecidas pelo Fórum para atender ao que foi previsto.

O propósito principal da fase de análise documental foi evidenciar quais as ações e estratégias foram estabelecidas pelo FORPROF-PA para dar cumprimento ao proposto no Decreto e na Portaria. Em outras palavras: como atuou o FORPROF-PA no sentido de garantir a formação docente no estado do Pará, conforme o disposto nos documentos fundamentais da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica?

Resultados e Discussão

Segundo Bastos (2013, p.99), “o Pará [é] um Estado de grandes dimensões, de constantes conflitos territoriais, de contrastes sociais e de uma infinita variedade cultural”, por isso,

[...] essas particularidades implicam certos limites para promover uma maior integração entre as regiões do Estado, bem como uma unidade entre os debates e/ou produções acadêmicas que pautem uma concepção ampliada de Formação de Professores que se contraponha à lógica de formação fomentada pelo modo de produção capitalista.

Esse contexto contribuiu para que o FORPROF-PA tenha encontrado muitos desafios para organizar e acompanhar o desenvolvimento do PARFOR, pois é um órgão que envolve representantes de diferentes instituições e regiões do estado, com interesses políticos e acadêmicos variados. Além disso, é considerado um espaço de organização

político-pedagógica importante para o desenvolvimento do Plano no estado do Pará.

As atribuições estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) aos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, no âmbito de suas respectivas unidades federativas, estão dispostas na Portaria nº 883, de 16 de setembro de 2009. A Portaria, segundo Bastos (2013), não deixa de ser uma prerrogativa que limita a organização do trabalho do Fórum, além de ser uma estratégia para garantir que o programa local não se distancie das concepções anunciadas pela CAPES para os professores da rede pública de ensino. Esse foi o ponto de partida para a busca documental cujos resultados são agora apresentados.

As ações que antecederam a criação e instalação do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará

Documentos encontrados nos arquivos da SEDUC-PA revelam que o movimento de integração desse estado à Política Nacional de Formação Docente iniciou-se em 2006, com a articulação entre a Secretaria e as IES paraenses. Isso deu origem ao Protocolo SEDUC-IES, assinado em dezembro de 2006, com o objetivo de formular proposições e desenvolver ações de modo a promover o desenvolvimento da qualidade da Educação Básica das redes públicas de ensino do estado. As instituições de ensino componentes dessa cooperação foram o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), a Universidade do Estado do Pará (UEPA), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Os documentos indicam ainda que, como marco do início das ações do Protocolo,

foi realizado, em 28 de junho de 2007, o 1º Encontro do Protocolo SEDUC-IES: Pela Educação Pública de Qualidade, com o objetivo de obter proposições de ações integradas, a partir de contribuições de representantes das instituições componentes do Protocolo, para servir de base às ações a serem executadas pelas instituições envolvidas. Em 13 de junho de 2008, atendendo à solicitação da Secretaria de Estado de Educação, o Protocolo realizou uma reunião para propor encaminhamentos visando à elaboração de um plano de formação docente que possibilitasse a reversão dos índices de escolarização da Educação Básica revelados pelo IDEB/MEC. Além das instituições componentes do Protocolo, a Secretaria de Educação convidou para a mencionada reunião a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que se fez representar por seu presidente.

Em 2008, a proposta foi concluída e apresentada ao Fórum de Secretários de Educação e ao Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Pará, para apreciação e possíveis contribuições. Em 2009, com a edição do Decreto Presidencial nº 6.755/09, a SEDUC assinou o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica e deu início ao processo de implantação do PARFOR, com a criação do seu Fórum.

O Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará

Para atender ao disposto no Art. 4º do Decreto Presidencial da Lei nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, o estado do Pará instituiu e instalou em 14 de novembro de 2009 o seu Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará (FORPROF-PA). Trata-se de uma instância colegiada que propõe

e delibera sobre as ações a serem executadas no âmbito do estado para dar cumprimento à organização da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas de educação básica. Por ocasião de sua instalação, estavam presentes representantes do MEC, do Governo do Estado do Pará e da SEDUC, do Conselho Estadual de Educação, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, e das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), a saber: UFPA, UEPA, UFRA, IFPA e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Na mesma sessão de instalação do FORPROF-PA foi realizada a aula inaugural do PARFOR, pela Profa. Dra. Helena Freitas, representante do MEC, com o tema Plano Nacional de Formação: compromissos com a profissionalização e valorização dos quadros do magistério, que marcou o início dos cursos do PARFOR no estado do Pará.

O Fórum adotou a periodicidade mensal de reuniões, sendo que cada reunião é realizada na sede de uma das IPES integrantes e também na sede da SEDUC. Isso implica dizer que no âmbito do FORPROF-PA as reuniões são realizadas em lugares como Belém, onde estão sediadas as principais IPES; em Santarém, sede da UFOPA, e em Marabá, sede da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, universidade recém-criada e admitida no Fórum. No que se refere à representatividade no FORPROF-PA, além das mencionadas no §1º do Art. 4º do Decreto Presidencial nº 6.755/2009, têm assento, de acordo com o §4º do mencionado artigo, os representantes paraenses da ANFOPE, do Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado do Pará, e do Sindicato dos Pedagogos do Estado do Pará (SINPEP).

O Fórum construiu e aprovou seu Regimento Interno em reunião realizada no dia 8 de fevereiro de 2010. A instalação do

FORPROF-PA permitiu de imediato a implementação do Plano de Formação Docente que já estava sendo gestado desde 2007.

O Plano de Formação Docente do Estado do Pará

No que se refere à elaboração dos planos estratégicos de que tratam o §1º do art. 4º e o art. 5º do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, essa atribuição está definida no inciso I do art. 2º da Portaria Ministerial nº 883/2009. De acordo com os registros encontrados, “a elaboração do Plano teve como ponto de partida a análise de dados para construir o diagnóstico atual da qualificação dos profissionais que atuam na Educação Básica no Pará, observando-se a demanda por formação de professores em nível superior e educação continuada nas redes municipal e estadual de ensino” (Pará, 2009, p.9).

Ainda de acordo com os documentos:

[...] o Plano inclui a definição de prioridades de oferta de cursos de graduação e pós-graduação; mapeamento dos polos de oferta (considerando as peculiaridades geográficas e de acesso da Região Amazônica em que se insere o Estado do Pará); características dos projetos pedagógicos visando a atender as peculiaridades dos sujeitos a serem formados; perfil do profissional a ser formado, tipologia de oferta de cursos (intensivos/extensivos) e o acompanhamento da realização das metas previstas, dentre outros elementos necessários (Pará, 2009, p.9).

Os documentos indicam que a SEDUC-PA solicitou ao MEC acesso aos dados sobre a demanda por qualificação docente no Pará, coletados para compor o Plano de Ações Articuladas / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - PAR/FNDE. Foram esses dados que fundamentaram a construção do

Plano (Pará, 2009). Essa construção contou, inicialmente, com a participação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), antigo CEFET-PA, da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Posteriormente, em 2010, aderiram ao Plano a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

O Plano construído se caracteriza por: reconhecer a peculiaridade dos sujeitos em formação; estabelecer simultaneidade de formação inicial e formação continuada, em todas as áreas, para criar um ambiente favorável de incentivo a novas práticas pedagógicas e integração da pesquisa ao exercício da docência; requerer projetos pedagógicos de curso que priorizem a pesquisa e a extensão como estratégias de formação e experimentação pedagógica, tanto nos espaços escolares como na comunidade externa; criar um espaço de troca de experiências docentes em que os professores em formação e os já titulados possam vivenciar a valorização acadêmica como estratégia de formação; admitir a flexibilidade de estratégias compondo na formação inicial as modalidades presencial e à distância, valorizando assim as potencialidades das duas modalidades (Pará, 2009).

Levou em consideração o cenário da demanda pela formação de professores nos municípios do estado do Pará, contemplando aqueles que oficialmente estão em atividades educativas. Entretanto, não exclui a possibilidade de um número menor de demanda, tendo em vista a realização de concursos, pelas diversas Secretarias Municipais e pela Secretaria Estadual de Educação. O levantamento da demanda constatou que, em geral, os docentes atuam em mais de uma disciplina, gerando um quadro ainda maior de funções docentes não

adequadamente preenchidas. O detalhamento das funções docentes sem formação inicial adequada indicava a necessidade de adequação da formação inicial de 125 107 funções docentes, segundo dados do Educacenso 2007 (Pará, 2009). Dessa forma, o Plano sinaliza a real necessidade docente. Os dados considerados para a construção do Plano mostraram que 12 300 funções docentes adequadamente preenchidas equivalem a cerca de 10% das não adequadamente preenchidas, indicadas à época do levantamento. O Plano considerou que a “quantidade de professores que atuam em mais de uma disciplina sem a formação adequada é tão grande que o número de docentes é cerca de um terço do número de funções docentes sem formação adequada” (Pará, 2009, p.25). No que se refere à formação inicial, o Plano explicita que:

[...] não podemos ignorar nesse processo de formação inicial a condição desfavorável em que se encontram os docentes no estado do Pará uma vez que temos mais de 60 mil docentes com qualificação inadequada, sendo que destes, quase 40 mil não possuem curso superior, enquanto apenas 12 300 possuem licenciatura adequada à função que exercem” (Pará, 2009, p.29).

Assim, segundo o documento, tais dados são suficientes:

[...] para ilustrar o baixo nível acadêmico que se observa nas escolas e justificar um projeto pedagógico de curso de licenciatura diferenciado, capaz de estimular o exercício de novas práticas docentes ao mesmo tempo em que valorize a experiência que os sujeitos em formação já possuem (Paraná, 2009, p.29).

O Plano detalha as metas que pretende alcançar, quais sejam:

- Oferecer cursos de licenciatura para adequar as funções docentes de pelo menos 60% dos 62.844 docentes [...] que atualmente desempenham suas funções sem a formação inicial adequada, seja por formação inicial, segunda licenciatura ou formação pedagógica num prazo máximo de 8 anos;
- Estimular as IES públicas do Pará, em conjunto ou isoladamente, a propor cursos de graduação em modalidade mista (presencial e a distância) durante o ano de 2009, para todas as áreas de atuação da Educação Básica;
- Oferecer pelo menos três turmas de especialização por Unidades Regionais de Ensino (URE) a cada ano, durante seis anos, de acordo com as necessidades e prioridades de cada URE. As URE, estão localizadas nas onze regiões de integração do estado e atuam como órgãos descentralizadores da política da Secretaria de Educação.
- Promover cursos para orientação de 100% dos docentes que irão atuar nos cursos de graduação;
- Produzir materiais didáticos tais como livros, *softwares* temáticos, CD ROM, fascículos, documentários e *blogs* educativos, entre outros, de modo a subsidiar os cursos a serem realizados e oferecidos a professores da Rede de Ensino Público do Estado do Pará;
- Realizar pelo menos um encontro anual, a partir de 2010, para troca de experiências pedagógicas entre docentes e técnicos, congregando URE, com publicação de artigos selecionados;
- Realizar eventos anuais de avaliação da execução de 100% dos cursos ofertados (Pará, 2009, p.29).

O Plano estabeleceu as estratégias para o seu desenvolvimento a partir de dois grandes eixos de trabalho, a saber: a graduação de professores que já atuam como docentes e não

possuem a formação adequada, e a formação continuada de professores graduados. Estabeleceu, também, que para cada eixo haverá um conjunto de estratégias diferenciadas e que todas as ações do Plano serão coordenadas por um Comitê Interinstitucional sediado e coordenado pela SEDUC-PA (Pará, 2009). Segundo o mesmo documento:

[...] a estratégia de criação do Comitê Interinstitucional para gerenciar as ações do Plano é necessária para garantir a participação das IES na condução do Plano e facilitar o diálogo entre a SEDUC-PA e as IES. Por outro lado, sediar o Comitê na SEDUC-PA facilita o processo de gestão uma vez que toda a estrutura administrativa da Secretaria, que já desenvolve ações em todo o estado por meio das URE, torna-se acessível ao Comitê. Para tornar viável o trabalho do Comitê será necessário criar a infraestrutura necessária e alocação de espaço físico adequado (Pará, 2009, p.31).

Entre as atribuições do Comitê estão as de: fazer a articulação com as IPES responsáveis pela oferta de cursos; fazer a articulação em nível operacional com as Unidades Regionais de Ensino e as secretarias municipais de educação; fazer o encaminhamento para a execução financeira das demandas de bens e serviços necessários à execução do Plano; fazer o acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pelas instituições formadoras, entre outras.

Para a graduação, o Plano estabelece algumas estratégias, entre as quais a elegibilidade da IES formadora, o processo seletivo, a modalidade de oferta, o cronograma de oferta e a estrutura física. No que se refere ao cronograma de oferta, o Plano estabeleceu o início dos cursos de graduação para o segundo semestre de 2009, com uma previsão de 825 turmas e 41 250 professores-alunos, em

diferentes cursos, para o período 2009 a 2011 (Pará, 2009).

Como uma das principais dificuldades para o desenvolvimento do Plano é o custo com o deslocamento dos professores-alunos de seus municípios e sua permanência nos municípios onde se desenvolverão os cursos, o documento estabelece a necessidade de “imprescindível o apoio financeiro aos professores-alunos a fim de que este Plano possa lograr êxito na qualificação de um número significativo de docentes” (Pará, 2009, p.38). Contudo, esse custo não foi assumido no recurso aprovado para a execução dos cursos, tendo sido sugerido que as secretarias de educação de cada município assumissem o auxílio para formação dos professores-alunos.

As Atas das Reuniões do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará

No período de referência para a análise documental (2009 a 2012) foram realizadas 37 reuniões ordinárias do Fórum, nas quais se discutiram assuntos de relevância para a consecução do PARFOR no âmbito do estado do Pará. As Atas relatam as reflexões, conversas, embates e decisões que emanaram das reuniões do FORPROF-PA e constituem um rico acervo histórico do Fórum.

Base de Informações sobre Professores da Educação Básica da Rede Pública do Pará

Destaca-se o registro da criação e implementação da Base de Informações sobre Professores (BIP) da Educação Básica da Rede Pública do Pará, que foi concebida para receber informações sobre professores e escolas da rede estadual e municipais de ensino, visando ao planejamento da qualificação permanente dos docentes do Pará. O *software*, implantado em

junho de 2010, foi desenvolvido em parceria entre a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da UFPA (PROEG/UFPA) e o PARFOR/UFPA, sob orientação da Coordenação Estadual, que realizou um massivo processo de divulgação e orientação às secretarias municipais, a fim de efetuar os cadastros dos professores e das escolas da rede pública.

Os documentos indicam que já acessam a base de dados, com perfis diferenciados, representantes das 144 secretarias municipais, de todas as IPES e membros do Fórum. Ao todo, são 62 142 professores e 10 237 escolas cadastradas no BIP, conforme consulta feita ao sistema em 23/11/2010.

Essas informações constituem importante ferramenta de gestão e planejamento, pois foram utilizadas nos processos de definição de demanda para a formação até 2012, num movimento que antecedeu as pré-inscrições, o processo de validação e a seleção dos candidatos inscritos na Plataforma Freire. O gerenciamento do Sistema e o processo seletivo foram assumidos pela Coordenação Estadual do PARFOR-PA, com apoio técnico da Assessoria de Informação e Tecnologia da PROEG/UFPA, até em 2014, pois a partir de 2014, o sistema passou a ser administrado somente pela equipe da SEDUC-PA.

A análise dos documentos apresentados revela que o trabalho do FORPROF-PA na formação docente se insere na perspectiva de perfazer um caminho de busca de alternativas focadas nas especificidades regionais, com parceria interinstitucional, ao redefinir as prioridades da formação docente conjuntamente com os seus membros integrantes, mas ainda com muitas fragilidades. Nesse sentido, atende ao previsto no parágrafo 1º do art. 4º, do Decreto Presidencial nº 6.755/2009, com a dinâmica de trabalho que contempla os

princípios políticos em regime colaboração, da democratização e da gestão compartilhada. Para isso, o Fórum atua com a ação de três comitês para assuntos específicos: o primeiro assumiu a formação inicial, o segundo assumiu a formação continuada, e o terceiro assumiu a educação a distância.

No Plano Estadual de Formação Docente, o FORPROF-PA aponta as dimensões de mudanças e parcerias; contudo, chamam atenção os “sinais claros de interesses de mudanças”, não reveladas no texto inicialmente, mas que foram plasmadas e agregadas ao trabalho do Fórum, quando estabeleceu compromissos entre os seus membros, principalmente as IPES e as Secretarias de Educação.

Nesse contexto, os documentos analisados revelam que foram instituídos pelo Fórum vários mecanismos de controle, avaliação, acompanhamento e defesa da cidadania dos professores, dentre os quais se destacam: (1) Comitês para planejar a oferta e garantir a qualidade da formação; (2) comissões especiais para controle e avaliação da formação; (3) técnicos de Referências em cada município, responsáveis pela articulação e acompanhamento da formação; (4) reuniões mensais, enquanto o Decreto determina semestrais; (5) reuniões semanais, principalmente para o comitê do PARFOR; (6) calendário unificado para as cinco IPES; (7) seminários de formação; (8) encontros regionais e nacional; (9) visitas regulares aos polos; (10) reuniões ampliadas com as secretarias de educação; (11) gestão dos Sistemas de informação.

A análise dos documentos revelou que há, efetivamente, no FORPROF-PA, ações a cargo da Secretaria Executiva do Fórum e da Coordenação Estadual do Programa, com a responsabilidade de coordenar as reuniões mensais e semanais, bem como os encontros e

seminários, focando no trabalho de articulação político-administrativa para a manutenção do Plano de Formação Docente. Há uma vinculação das demandas das 144 secretarias municipais de educação envolvidas com a formação.

A Coordenação do Programa criou a BIP da Educação Básica, na qual são cadastrados os professores que participam dos cursos oferecidos, além de gerenciar o processo seletivo e o acompanhamento dos calendários acadêmicos.

No que se refere ao processo seletivo, o Fórum estabeleceu dez critérios para a composição das turmas. Não se trata de um processo seletivo regular por meio de provas, mas, sim, de uma seleção diferenciada que provavelmente faz com que alguns candidatos tenham que aguardar por um tempo maior para serem selecionados para os cursos ofertados pelo PARFOR, principalmente em cursos como Pedagogia e Educação Física, em que o número de candidatos é superior ao de vagas.

As análises realizadas nos documentos e nas Atas das reuniões revelam que o FORPROF decidiu que a formação docente deveria acontecer pelo que se convencionou denominar de modalidade mista: com formação presencial e atividades a distância. Destaca-se que a formação acontece intensivamente nos meses de férias e recesso dos professores-alunos, e que as atividades a distância são acompanhadas pelo professor formador, visto que não há a figura do tutor. Com a definição do calendário unificado, as atividades passaram a ser intervalares, preferencialmente nos meses de maio e novembro.

A denominada modalidade mista de formação acontece por várias razões: definição conjunta do calendário acadêmico; preocupação em manter a carga horária das

disciplinas; preocupação em garantir os dias letivos dos estudantes da escola regular. O posicionamento fez com que houvesse alguns embates entre os sistemas de ensino e as IPES, pois todos eram obrigados a ceder sem benefícios imediatos. Nesse cenário, o Fórum teve um papel de articulação fundamental, pois, embora os argumentos fossem os mais variados em defesa dos duzentos dias letivos, algumas secretarias recusavam-se a aceitar as determinações do FORPROF. Porém, atualmente as secretarias acatam as orientações do Fórum, a cada ano.

Também foi percebida na análise dos documentos a preocupação do Fórum a respeito da multidimensionalidade da formação humana e da existência de profissionais sem acesso ao cenário acadêmico-científico ou afastados dos estudos por longos anos, que apresentavam dificuldades de aprendizagem e desempenho. Isso provocou a necessidade de as universidades ofertarem atividades paralelas à formação. Há registros e declarações de atividades complementares, como oficinas de informática, leitura e interpretação de texto e matemática, a fim de auxiliar os professores-alunos no desenvolvimento de sua aprendizagem.

A defesa da qualidade ficou evidenciada com a criação dos novos polos de formação, por meio de articulações entre FORPROF-PA e Sistemas Municipais de Ensino, para a manutenção de espaços adequados, com equipamentos, laboratórios e pessoal de apoio, situação que em vários municípios ainda é deficiente. Para isso, foi criado o Termo de Compromisso, a ser assinado pelas secretarias que desejem a implantação de um polo de formação.

As análises dos documentos revelaram, também, que o Fórum passou a receber

denúncias de várias vertentes, principalmente de descumprimentos das deliberações oriundas de reuniões. As situações, à medida que foram apresentadas, foram dirimidas pelo Comitê, que procurou sempre chegar a um consenso. Também aconteceram denúncias de atitudes delituosas, tendo o Comitê criado uma resolução para estabelecer o acolhimento de denúncias, que após apuradas são encaminhadas aos órgãos competentes, pois nem sempre o Fórum tem mecanismos para viabilizar de modo eficiente as denúncias que recebe.

Os documentos analisados permitiram revelar que o FORPROF-PA decidiu instituir em 2012 uma Comissão de Avaliação, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento do Programa no que diz respeito à infraestrutura, aos recursos tecnológicos e aos recursos humanos. Nesse sentido, devido ao lapso temporal adotado para a busca dos documentos, não foi possível o acesso a materiais que mostrassem os resultados produzidos pela mencionada Comissão de Avaliação.

Também foi possível perceber que o Fórum tem procurado trabalhar em articulação com os entes federados, com divisão de tarefas e manutenção de um trabalho coletivo nos Comitês, com planejamento da oferta de cursos, com transferência e mobilidade de turmas e alunos entre as Universidades, para que todas elas possam complementar a demanda ou aumentar a oferta. Existe também a possibilidade de os professores formadores assumirem disciplinas em todas as Universidades, contanto que não ultrapasassem a carga horária de 240h/ano, conforme resolução do Fórum.

Os documentos indicam que no período de 2009 a 2012 foram ofertadas, para 144 municípios, 26 670 vagas nos cursos de licenciatura, a saber: Artes; Dança; Música;

Teatro; Artes Visuais; Biologia; Ciências da Religião; Ciências Naturais; Ciências Naturais com habilitação em Biologia, Física ou Química; Computação; Educação do Campo; Educação do Campo com habilitação em Ciências Naturais; Educação Física; Filosofia; Física; Geografia; História; Informática, Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagem; Licenciatura Interdisciplinar em História e Geografia; Licenciatura Interdisciplinar em Letras Português e Inglês; Licenciatura Interdisciplinar em Matemática e Física; Licenciatura Interdisciplinar em Química e Biologia; Letras - Língua Espanhola; Letras - Língua Inglesa; Letras - Língua Portuguesa; Matemática; Pedagogia; Química e Sociologia (Pará, 2012).

Resultados de estudos efetivados por egressos de cursos de pós-graduação *stricto sensu* revelam críticas sobre o FORPROF-PA e sobre o desenvolvimento de atividades formativas no âmbito de instituições de ensino. A inclusão dessas críticas tem o objetivo de subsidiar a atuação do FORPROF-PA na condução da formação docente estabelecida pelo PARFOR.

Uma dessas críticas é a de Bastos (2013, p.104), que, ao analisar o Regimento do FORPROF, inferiu que ele:

[...] traz indícios de pressupostos neoliberais, (pois) a estratégia de controle dessa instância dita "democrática" é um desses elementos sobre os quais sua estrutura se organiza, de forma que a maioria absoluta dos representantes deve estar ligada às instituições governamentais. Nesse sentido, durante o acompanhamento e avaliação do PARFOR, os interesses dos professores/cursistas, muito provavelmente, em função da correlação de forças desfavorável, não terão êxito, pois o que deverá prevalecer é a lógica de quem está

na gestão ou de quem foi indicado pelo poder hegemônico das instituições formadoras que, em grande parte, dialogam com os pressupostos pensados pela política nacional/hegemônica/capitalista.

Com referência às atribuições do Comitê Gestor, o autor faz algumas críticas, demonstrando preocupação com um certo controle exercido por quem detém maior representatividade no Fórum:

[...] entende-se que essas atribuições dão ao Comitê Gestor o poder de fomentar, estimular e controlar ideologicamente todas as ações político-pedagógicas do Fórum, cabendo à Plenária do Fórum a tarefa de avaliar, problematizar, aprovar ou reprovar o que for proposto (SEDUC, 2009b), ou seja, uma estratégia que exclui os demais representantes do FPAFDP na elaboração de suas ações, sobretudo, os representantes dos professores/cursistas, ao mesmo tempo em que garante o controle ideológico de grupos comprometidos com a não radicalidade no desenvolvimento de políticas sociais verdadeiramente democráticas, voltadas para a classe trabalhadora (Bastos, 2013, p.106).

Outra crítica feita por Bastos (2013, p.118) refere-se às necessidades identificadas pelo Planejamento Estratégico do FORPROF-PA sobre a Formação de Professores, as quais, para o autor, “[...] estão limitadas apenas à oferta de cursos de Licenciatura a partir das 20 Unidades Regionais de Educação, ou seja, não considera outros elementos que determinam a realidade da educação no Estado do Pará”.

Por seu lado, o estudo desenvolvido por Gonçalves (2014, p.98) teve como objeto a formação continuada de professores formadores para a utilização do ambiente virtual de aprendizagem, no âmbito do curso de

Pedagogia oferecido por uma das universidades participantes do PARFOR. O autor critica que

a formação dá mais ênfase à instrumentalização do professor formador e do professor-aluno para o uso das ferramentas disponibilizadas no *Moodle*, e pouco se preocupa em articular esse uso a um modelo pedagógico para obter resultados positivos no processo ensino-aprendizagem.

É possível que as questões apresentadas nas análises de Bastos (2013) constituam um desafio para o FORPROF-PA, pois, na medida em que o controle indicado pelo autor se estabeleça efetivamente, demandará providências do Fórum para sua superação. Sobre as críticas de Gonçalves (2014), espera-se que as instituições formadoras possam rever as metodologias adotadas para possibilitar a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

Segundo a CAPES, o PARFOR nacional possui 2 145 turmas em todo o país e chega a atender a 422 municípios brasileiros, localizados nas 26 unidades da federação, além do Distrito Federal. No estado do Pará, o Plano Estadual atende a 98,5% dos municípios, oferecendo 27 licenciaturas, replicadas em cinquenta cursos nas cinco IPES, com 631 turmas e cerca de 22 mil professores em formação até 2014. Esses dados mostram a pujança do PARFOR no estado e apontam para significativos desafios que devem ser enfrentados pelo FORPROF-PA, pelas IPES e pelas secretarias de educação envolvidas na formação, para a continuidade do Plano.

Tratar da atuação do FORPROF-PA possibilitou perceber a dimensão da democra-

tização prevista na legislação e da parceria interinstitucional imbricadas nas ações em prol da formação docente. Nesse cenário, que também é de enfrentamentos, o trabalho de muitos agentes envolvidos no Plano Estratégico do Estado do Pará foi hercúleo. Tem-se um órgão colegiado criado para dar cumprimento aos princípios e objetivos da política nacional de elaboração, articulação, coordenação, proposição, definição de metas e prioridades, regulação e responsabilização.

O Plano Nacional de Formação de Professores, especialmente no Norte e Nordeste, reflete números aviltantes quanto à necessidade de formação docente, tratada como emergencial desde 2009, mas que, como peça principal de uma política nacional, ainda não pode ser encerrada. Vários dos objetivos definidos no Decreto que a instituiu ainda não foram atingidos, como é o caso da melhoria da qualidade da educação básica pública, da ampliação do número de docentes em atuação na educação básica pública e, principalmente, da valorização docente, para ficar em apenas três dos objetivos previstos.

É fato que muitos dos professores formados provavelmente continuarão em suas salas de aula, movidos ou não pelo entusiasmo do trabalho docente, mas certamente foram neles despertadas novas perspectivas profissionais. Assim, apresentam-se novas demandas à atuação dos Fóruns Estaduais Permanentes e implicações sérias para as agências formadoras, empenhadas em realizar os programas de formação inicial e continuada. Há um limite para as instituições formadoras, pois é pouco provável que tenham os professores suficientes para manter em funcionamento os incontáveis cursos de formação necessários para a qualificação dos docentes no estado do Pará. Entende-se que é

preciso uma revisão, por parte da CAPES, nos investimentos para a ampliação das bolsas aos docentes formadores.

Outra situação que chama a atenção dos pesquisadores, a partir dos documentos analisados e materializada no FORPROF-PA, diz respeito às vagas no ensino superior para a formação de professores. Conforme o Decreto Presidencial nº 6.755/09, a formação inicial de professores ficou condicionada à ampliação de matrícula nos cursos e à criação dos planos estaduais, donde se deduz que não se cogita da ampliação de vagas no ensino superior. Cabe pensar, então, que o PARFOR não caracteriza aumento nas vagas no ensino superior, pois, sendo um programa emergencial, não injeta recursos financeiros nas instituições parceiras, embora se possa considerar que, em alguns casos, trata-se de uma segunda população dentro da instituição, demandando recursos administrativos, tecnológicos e humanos, requerentes de qualidade e das mesmas condições de formação dos cursos regulares. Logo, imediatamente ao término do Programa, as vagas do PARFOR deverão ser esvaziadas das instituições.

Também deve ser destacada a expectativa positiva, criada junto aos professores da rede pública de ensino e aos órgãos de defesa da qualificação docente, quanto à possibilidade de outro curso de graduação. O fato é visto com interesse tanto pelos professores que estão fazendo a formação inicial quanto pelos que já a possuem, que tentarão uma segunda licenciatura para atender às necessidades cotidianas das secretarias de educação e das escolas. Entretanto, essa é uma situação que precisa ser bem administrada.

Será necessário, para isso, articular a expectativa do professor, a necessidade das Secretarias, as condições de oferta das Uni-

versidades, o quadro de professores formadores para a formação inicial e continuada, os polos adequados para a formação. Essas são questões que ainda vão demandar a intervenção do FORPROF-PA, pois, se não houver uma compreensão da complexidade da situação, poder-se-á ficar muito mais distante da solução.

Na perspectiva dos princípios filosóficos definidos no art. 2º do Decreto Presidencial, pode-se afirmar que alguns deles ainda não se materializaram no cenário do PARFOR, o que reafirma a necessidade de posicionamento do governo no seio da sociedade capitalista, visto que as mudanças estão para atender à necessidade do estado capitalista e não às expectativas docentes, como a valorização dos profissionais da educação que contemple de forma articulada e prioritária a formação inicial e continuada, as condições de trabalho, salários e carreira.

Essas são demandas históricas dos movimentos de vanguarda que ainda estão longe de serem assumidas no cenário excludente vivido no país, mas não podem ser esquecidas, para que não se tenha a ilusão de se criarem soluções fáceis para a resolução dos problemas educacionais brasileiros.

Entende-se que muitos dos enfrentamentos no Fórum do Pará foram assumidos muito mais pela perspectiva subjetiva, de comprometimento a uma causa, do que pela obrigação de fazê-la. Nesse sentido, a ampliação da formação docente em nível superior precisa ser encarada como uma necessidade - como um viés de princípios democráticos - que deve ser enfrentada por todos os envolvidos na política de formação docente no estado do Pará.

É possível inferir que há grandes desafios a serem enfrentados pelo FORPROF-PA: pensar

como garantir a ampliação da formação docente em nível superior; pensar em organizar a aproximação entre o que se espera para os sistemas de ensino e o que os docentes esperam da política de formação, que deveria ser para eles e com eles.

Nessa perspectiva, a atuação do FORPROF-PA, de ação colegiada na gestão da política de formação no estado, pode ser avaliada como positiva para a formação docente, pois transformou expectativas em realidades. Mesmo que existam algumas restrições à execução do Plano, infere-se que as parcerias foram determinantes e que as mudanças foram significativas. A educação tornou-se a instância mais promissora de garantia de cidadania, mas também é a mais afetada diante das outras políticas de direitos sociais, pois requer atitudes mais ativas e reativas frente às exigências da sociedade em constante transformação.

Assim, entende-se que relatar a operacionalização do FORPROF-PA, constitui uma ação de divulgação das estratégias usadas na concretização do Fórum como elemento primordial para desenvolver a formação inicial de professores no estado do Pará, tão necessária para que o estado possa cumprir o seu papel no âmbito da Federação. Este foi o objetivo buscado pelo texto aqui apresentado.

Colaboradores

Todos os autores contribuíram na concepção e desenho do estudo, análise de dados e redação final.

Referências

- Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- Bastos, R.S. *A formação de professores de educação física no PARFOR: implicações na organização do trabalho*

pedagógico. 2013. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

Brasil. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica, disciplina a atuação da CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 ago. 2009a. Seção 1, p.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/_Ato2007-2010/2009>. Acesso em: 11 mar. 2016.

Brasil. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório de gestão PARFOR 2013*. Brasília: Capes, 2013. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/1892014-relatorio-PARFOR.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística do censo da educação superior, 2010. Brasília: INEP, 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35260>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

Brasil. Portaria nº 883, de 16 de setembro de 2009. Estabelece as diretrizes nacionais para o funcionamento dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, criados pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 set. 2009b. Seção 1, p.1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port883.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

Brzezinski, I. *Observatório da formação e valorização docente: configurações e impactos da implementação dos fóruns permanentes de apoio à formação do magistério*. Cuiabá: UFMT, 2012. Disponível em: <<http://www.pgpege.org.br>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Gonçalves, H.C.D. *Formação continuada de professores para o uso do ambiente virtual de aprendizagem no curso de Pedagogia: a experiência do PARFOR/UEPA*. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

Lüdke, M.; André, M.E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

Pará. *Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará*. Belém: Protocolo SEDUC-IES, 2009. Disponível em: <<http://www6.seduc.pa.gov.br/planodeformacao/arquivos>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

Pará. Secretaria Executiva Estadual de Educação. *Polos e turmas do PARFOR*. Belém: Protocolo SEDUC-IES, 2012. Disponível em: <<http://www6.seduc.pa.gov.br/planodeformacao>>. Acesso em: 17 maio 2012.

Veiga, I.P.A. *Formação de professores: políticas e debates*. São Paulo: Papirus, 2002.

Recebido em 8/7/2016, reapresentado em 30/9/2016 e aprovado em 30/10/2016.